



Vol. I nº I jan./jun. 2006

p. 173-177

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA ESCRITA E O PROBLEMA DA HIERARQUIZAÇÃO DAS LETRAS

Alaércio Viane Pinatti¹

Claudiane Guttler¹

Estela Schneider¹

Orientadora: Ivete Janice de Oliveira Brotto²

A história nos revela que a escrita é produto da necessidade dos homens em suas relações sociais, à medida que as relações de produção vão se estabelecendo. O homem a utiliza porque precisa dela para interagir, porém, historicamente sua prática plena não está disponível para todos, e, ainda hoje, isso pode ser expresso pelos altos índices de analfabetismo. Entretanto, vivemos em uma sociedade altamente urbanizada e informatizada, onde, para sobreviver, é necessário que o homem tenha cada vez mais o domínio da leitura e da escrita. E o modo pelo qual o indivíduo é alfabetizado influencia na forma de assimilar a função destas atividades.

Assim, o processo de alfabetização é um desafio para muitos alfabetizadores, pois muitos métodos para aprender a ler e a escrever foram implantados nos últimos anos. Um desses métodos, muito discutido por vários autores, é o da cartilha. Na maioria das vezes, quando a criança inicia a idade escolar, o único modelo de escrita oferecido a ela são os textos escritos da cartilha e quando “saem” da cartilha o seu método é o que prevalece, pois conforme CAGLIARI (1998, p. 31), há professores que mesmo sem o uso de livros didáticos cartilhas, utilizam-se apenas das orientações constantes nestes.

As críticas ao método da cartilha decorrem da não utilização pelos professores de outras metodologias de ensino e da desconsideração que o que está contemplado nas cartilhas é o privilégio da escrita sobre a leitura. Neste sentido, são empregados a silabação; a hierarquização de letras, devido ao pressuposto de que há letras mais fáceis de serem aprendidas do que as outras; o uso de palavras-chave, o trabalho com textos somente a partir de palavras conhecidas e frases desconexas, isto é, sem elementos de coesão e coerência; os exercícios de prontidão, entre outras atividades que focam o ensino, ou seja, o que o docente deve fazer em sala. Desse modo, não se leva em consideração que a criança quando chega à escola já possui conhecimentos sobre a escrita, produzidos a partir da convivência social. Conforme MASSINI-CAGLIARI (2001, p. 65), a criança que é alfabetizada por um professor que se utiliza somente deste método para ensinar, ao produzir a escrita irá escrever conforme o modelo que lhe é passado pelas cartilhas.

O professor alfabetizador na sua prática escolar tem o desafio de promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, sociais e culturais da criança, visando a uma aprendizagem mais significativa da leitura e da escrita. É preciso buscar situações que abarquem contextos cotidianos nos quais ler, escrever, contar, desenhar, tenham uma função real na vida da criança e dos homens em sociedade.

Um aspecto importante a ser considerado no período de alfabetização é a falta de acesso a material de leitura por muitos alunos. O contato com a diversidade textual é essencial ao desenvolvimento da leitura e da escrita e, no entanto inúmeras crianças têm somente acesso a livros didáticos ou às cartilhas. Deste modo, torna-se de fundamental relevância a oferta na escola, de textos dos mais diversos tipos aos alunos para desenvolver práticas de leitura e de escrita. Nas escolas, principalmente públicas, onde os recursos, como os destinados para a alfabetização, são mais escassos, há a necessidade do uso da criatividade, extrapolando o texto das cartilhas e utilizando textos reais, tais como: listas, poemas, bilhetes, receitas, panfletos, contos, etc, que circulam amplamente no meio social, por meio dos quais os alunos podem aprender muito sobre o funcionamento da escrita.

A alfabetização, como momento inicial do processo educativo do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita, caracteriza-se pelo fato de desenvolver juntamente com os conteúdos relativos à textualidade (coesão, coerência, unidade temática, clareza, concordância), os conteúdos pertencentes à codificação/decodificação (letras, sílabas, famílias silábicas, direção da escrita, segmentação, etc...), ambos aliados à utilização em práticas sociais reais.

É importante também destacar que o ler e o escrever não devem ser tratados somente como uma habilidade técnica a ser adquirida, pois esta é apenas um instrumento de realização destas funções. A alfabetização deve ser tratada como fundamento necessário à ação cultural para a liberdade, tornando o sujeito um agente individual e socialmente constituído.

Diante disso, no início da alfabetização, é importante que o professor alfabetizador dê a liberdade para que o aluno escreva o conteúdo que quiser, para depois se preocupar com e como registrar. É essencial que o educador respeite aquilo que o aluno quer dizer, preservando sua desinibição em atos de escrita. Lígia Regina Klein nos auxilia nessa compreensão revelando “quanto mais respeitarmos as tentativas de escrita da criança, não as taxando de erradas, mais deixaremos a criança à vontade para novas tentativas”. (1996, p.125)

Nessas tentativas, o professor alfabetizador se depara com os erros de escrita da criança, os quais é necessário serem corrigidos. Neste momento, implica considerar primeiro a tentativa do aluno para o acerto, e num segundo momento, refletir sobre as possibilidades genéricas da língua e a exigência específica no caso

da palavra, frase ou texto corrigido. Porém, certas formas de correção podem ser prejudiciais aos alunos, por resultarem em atitudes desagradáveis, grosseiras, colocando o aluno em situação humilhante. Estas atitudes devem ser superadas, mas nunca a correção, e o aluno deve estar permanentemente voltado ao esforço de dominar os erros de escrita, com o auxílio do professor.

Portanto, há que se ter claro por parte do educador, que o êxito da alfabetização não depende de um método determinado, nem do livro didático ou cartilha, mas da sua postura, da sua segurança e do seu comprometimento com o desempenho da turma. Importante é transformar a sala de aula e toda a escola em ambiente alfabetizador, com a disposição do alfabeto nas diversas formas da escrita, cartazes, desenhos, contação de histórias, incentivo à leitura, tanto de livros infantis, como revistas, jornais, etc. instigando a imaginação da criança e o desejo da leitura, de entendimento do mundo e de seus significados.

Desta forma, pressupor que ensinar o aluno a partir das vogais ou consoantes tidas como mais fáceis, modo característico das cartilhas de alfabetização, com o intuito de facilitar o início do processo e aos poucos progredir na complexidade, é um engano, pois o aluno pode não conhecer nem as vogais, nem as consoantes, portanto, não lhe será mais fácil ou mais difícil aprender primeiro o “V”, depois o “A” ou vice-versa. Na verdade, segundo CAGLIARI (1998, p.47-48), as dificuldades dos alunos não são a letra “R” ou “L”, por exemplo, em seu sentido gráfico, e sim a diversidade lingüística, a qual faz com que se fale, sem alguém considerar errado “barde” ao lugar de “balde”, “andano” ao invés de “andando”, havendo inúmeros professores e cartilhas que não atentam para esse fator. Esses profissionais acreditam que, devido a sua variação de sons as letras “X”, “R”, “S” são mais difíceis para os alunos assimilarem. Uma vez considerando o dialeto e demais fatores lingüísticos, irá se perceber as tantas variações do “U”, por exemplo “acharu” (acharam), “fizeru” (fizeram) e de várias outras letras. Para CAGLIARI ainda, “em todos os ramos do saber, é praticamente impossível dizer o que é mais fácil ou mais difícil: é fácil aquilo que se sabe e é difícil o que não se sabe; o resto não faz sentido”. (1998, p. 48)

Nesta perspectiva encontram-se também os gestaltistas que criticam a relação estímulo-resposta e o aprendizado do mais simples ao mais complexo, por considerar que esta forma de estudo, pode perder seu significado e o seu entendimento. Para a teoria psicológica da Gestalt, a aprendizagem é a relação entre o todo e a parte, onde o todo tem papel fundamental na compreensão do objeto percebido.

Assim, compreendemos que o ensino das letras de forma hierárquica e fragmentada pela silabação, método típico das cartilhas de alfabetização, não tem sentido de ser, pois valorizam-se as partes e não o todo do processo da escrita, que por sua vez, consiste na representação da fala, a qual a criança tem domínio.

Um dos problemas que o aprender a escrever implica, está justamente no fato da escrita ser a representação da fala, e esta possuir diversas variações dialetais. Há uma norma culta escrita a ser seguida, mas quando a criança inicia este processo está habituada aos costumes, dialetos, pronúncia de palavras, de acordo com seu ambiente familiar e social, em muitas vezes distintos de uma norma valorizada socialmente também na fala. Deve-se mostrar, ensinar à criança qual a forma mais adequada de escrita (a convencionada) e porque ela existe (para que todos possam compreender-se, anulando as diferenças dialetais na escrita), mas sem desvalorizar o que é de sua cultura. Mais importante do que a escrita correta, que, no entanto deve ser sempre privilegiada, está o conteúdo da escrita, a significância do que se escreve. Nesse sentido LEMLE, nos auxilia discorrendo:

O porquê social do conservadorismo da convenção ortográfica de comunidades complexas como a nossa já deve estar claro: seria simplesmente impossível ir mudando a convenção ortográfica à medida que as mudanças de pronúncia fossem determinando o rodízio de cisões e de fusões fonêmicas que, constituem o mecanismo básico do processo de mudança de forma das palavras. (LEMLE, 2002, p. 59)

Por sua vez, Emília Ferreiro citada por FONTANA e CRUZ, ressalta que a aprendizagem da escrita não é um processo fácil, e que:

No caso do sistema alfabético, por exemplo, a criança deve compreender, entre outras coisas, que existe uma relação entre a letra escrita (grafema) e o som pronunciado (fonema); que não há nenhuma relação entre a forma da palavra escrita e as características físicas do elemento da realidade nomeado por ela; que palavras com o mesmo significado não são escritas da mesma forma; que elementos essenciais da oralidade, como a entonação, não são registrados na escrita, etc. (FONTANA e CRUZ, 1997, p. 177)

Segundo Emília Ferreiro ainda, esse processo se dá pela construção que a criança faz a partir do que já sabe, ou seja, pela elaboração e teste de hipóteses sobre lógica de funcionamento da escrita que ela tem. Desse modo, os estudos realizados por ela e colaboradores, mostram que o desenvolvimento da escrita está relacionado ao desenvolvimento cognitivo da criança, sem influência do meio e da aprendizagem.

Entretanto para VIGOTSKI (1998), a escrita representa uma forma de linguagem, apropriada pelo sujeito, por meio das relações com o meio e decorrida das gerações anteriores. Não parte do indivíduo e nem é a representação de qualquer traço.

Diante de tais apontamentos, entendemos o processo de alfabetização numa sociedade grafocêntrica como a atual, o meio pelo qual se possibilita à criança

entender o mundo em que vive. Pela aprendizagem da leitura e da escrita possibilita-se a ela o acesso a inúmeros outros conhecimentos, como a compreensão da sua realidade de forma mais crítica, onde o fácil e o difícil se limitam ao sabido e ao desconhecido. Para tanto, o intuito de facilitar a aprendizagem da escrita pela hierarquização das letras não se justifica.

REFERÊNCIAS

- CAGLIARI, Luis C. **Alfabetizando sem o ba-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.
- FONTANA, Roseli. A. C. e CRUZ, Maria N. da. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.
- KLEIN, Lígia R. **Alfabetização: quem tem medo de ensinar?** São Paulo: Cortez; Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1996.
- LEMLE, Miriam. **Guia Teórico do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 2002.
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **O texto na alfabetização: coesão e coerência**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOTAS

- ¹ Acadêmicos do 3º e 4º ano do curso de Pedagogia Noturno – Extensão de Santa Helena.
- ² Mestre em Educação e docente do curso de Pedagogia da Unioeste/Extensão Santa Helena.